



## Decisão sobre Interposição de Recurso

### DO OBJETO DO PREGÃO ELETRÔNICO 002/2021

Visa o presente certame a Contratação de Agência de viagens para a prestação de serviços no âmbito corporativo de emissão e remarcação de passagens aéreas e rodoviárias nacionais e internacionais, dentre outros serviços listados no Presente Edital e seus Anexos, direcionados aos Atletas, Comissão técnica e funcionários da CBTARCO, mediante demanda.

Resposta ao Recurso interposto pela Empresa PP TURISMO EIRELLI EPP, referente ao Pregão 002/2021, analisa e julga nos seguintes termos.

#### DOS FATOS

A CBTARCO, na qualidade de entidade de Administração Nacional do Esporte, recebe recursos públicos, sendo imperiosa, portanto, a plena observância da legislação que rege o presente tema.

A CBTARCO, visando dar maior publicidade e concorrência para às suas contratações, realiza seus pregões eletrônicos, através do sistema da BOLSA BRASILEIRA DE MERCADORIAS –BBMNET, plataforma essa referendada pelo Comitê Olímpico Brasileiro –COB.

O Edital e seus anexos, foi devidamente publicado em 25/01/2021 com a realização do seu certame sendo programado e feito no dia 05/02/2021.

A empresa PP TURISMO EIRELLI EPP, apresentou recurso dentro da fase de manifestação de recursos.

#### DOS ARGUMENTOS RECURSAIS

1. Após análise da documentação apresentada pela licitante DAHER a título de habilitação, verificou-se que o Certificado IATA, destinado a cumprir a exigência do item 13.3.6 (d) do Edital, não preenche os requisitos legais de validade, sendo impréstável para os fins da licitação.

2. De início, cumpre salientar que a IATA (International Air Transport Association) é uma entidade estrangeira, com sede no Canadá, que, em linhas gerais, representa a indústria de linhas aéreas. Uma das suas atividades é o credenciamento (Accreditation) de empresas aptas a atuar nesse ramo - daí de ser comum exigir-se, em licitações para o serviço de agenciamento de viagens aéreas, que as licitantes comprovem estarem credenciadas perante a IATA.

3. Deve ficar claro, portanto, que o "Certificate of Accreditation" emitido pela IATA é um documento produzido no exterior e redigido em língua estrangeira.

4. Sendo documento produzido no exterior, a sua validade em território nacional depende de prévia apostila ou consularização (a depender da existência de tratados específicos para reconhecimento de documentos) no país de origem. Sendo documento redigido em língua estrangeira, sua validade depende de tradução juramentada e registro em cartório competente. O documento apresentado pela DAHER contudo, não foi consularizado nem registrado em cartório, o que o torna inválido em território nacional.

5. Conforme já asseverou o Tribunal de Contas da União (TCU), a "certificação de documentos (reconhecimento de firma e conferência, com o original) é da tradição do sistema jurídico brasileiro". O procedimento estabelecido para tanto é: "5.2.6. Essa certificação é feita no Brasil ou no exterior, a depender da procedência do documento. Para documentos produzidos no Brasil (independentemente de terem sido ou não redigidos em português), a certificação deve ser feita em tabelionato de notas (Lei 8.935/1994, art. 7º, N e V), caso não se utilize da possibilidade de a própria Administração fazer a conferência, se o original lhe for apresentado (Lei 8.666 / 1993, art. 32), 5.2.7, Em se tratando de documentos produzidos no exterior, entretanto, as atribuições notariais são realizadas perante o consulado brasileiro no país de origem do documento (artigo 5º da Convenção de Viena sobre Relações Consulares, de 1963; Decreto 8.545/1980; e Capítulo 4º do Manual de Serviço Consular e jurídico, do Ministério das Relações), procedimento esse conhecido como 'legalização de documento estrangeiro', 'consularização' ou 'certificação consular'.

(...) 23. Deve ser esclarecido, de plano, que os dois documentos redigidos em língua estrangeira que motivam a controvérsia, são de procedência nacional, o que reclama apenas a apresentação das respectivas traduções juramentadas. Não sendo documentos produzidos no exterior, não necessitam de certificação consular nem de registro em cartório de título e documentos, situações exigidas pela Lei de Registros Públicos (Lei 6.015/73), caso fossem lavrados fora do País." (Acórdão nº393/2013 - Plenário, Rel. Min. Valmir Campelo, julgado em 06/03/2013)

Rua Ivone dos Santos Cardoso nº 340 – Itapeba- Maricá - RJ – 24.913-000

Telefone: +55 21 2634-8984 e 2634-0310

e-mail: [ctmarica@gmail.com](mailto:ctmarica@gmail.com)

Endereço eletrônico: [www.cbтарco.org.br](http://www.cbтарco.org.br)



6. Tendo em conta que, desde 14 de agosto de 2016, o Brasil é parte da "Convenção da Apostila", a legalização de documentos lavrados no exterior se divide, hoje, em dois procedimentos. Caso o país de origem seja também signatário da Convenção, o documento estrangeiro deve ser simplesmente apostilado no exterior. Caso o país de origem não seja signatário, o documento estrangeiro deverá ser submetido ao processo de consularização perante a Repartição Consular do Brasil da localidade de expedição do documento - caso contrário, não terá efeitos contra terceiro nem perante repartições públicas brasileiras:

"Para surtir efeitos contra terceiros no Brasil, documentos oriundos de países estrangeiros que não são parte da referida Convenção devem ser legalizados, unicamente, junto às Repartições Consulares do Brasil no exterior"

7. Para além da necessária apostila/consularização, cumpre observar que a Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015/1973) é bastante clara ao sujeitar a eficácia de documentos estrangeiros ao registro em cartório de títulos e documentos, devidamente acompanhados da tradução juramentada. Nesse sentido é o art. 129, 6º: "Estão sujeitos a registro, no Registro de Títulos e Documentos, para surtir efeitos em relação a terceiros: (...) 6) todos os documentos de procedência estrangeira, acompanhados das respectivas traduções, para produzirem efeitos em repartições da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios ou em qualquer instância, juízo ou tribunal". Trata-se de regra geral sobre validade documental, de observância obrigatória pela administração pública e pelas entidades equiparadas para fins licitatórios, sob pena de violação ao princípio da legalidade (art. 37, caput, da CF).

8. A regra que se extrai, portanto, é de que documentos estrangeiros não registrados em cartório de títulos (ainda que tenham sido objeto de tradução juramentada) não são aptos a produzir efeitos no País, não servindo como prova de capacitação técnica.

9. Assim, o "Certificate of Accreditation" da IATA, documento lavrado no Canadá em língua inglesa, deve necessariamente ser submetido à consularização (já que o Canadá não é parte da Convenção acima referida) e registrado em cartório de títulos e documentos, devidamente acompanhado de tradução juramentada.

10. Pois o documento apresentado pela DAHER nem foi consularizado, nem foi registrado no cartório competente. A única formalidade de que se revestiu o documento foi a tradução juramentada, já que sequer registro foi realizado: o selo da autenticação é tão somente um comprovante de autenticidade da tradução juramentada, e não de registro no cartório competente.

11. Em poucas palavras, o atalho encontrado pela licitante para trazer ao processo a documentação exigida pelo Edital descumpra a Lei, pelo que o certificado apresentado não tem efeitos.

12. Diante do exposto, a Recorrente pugna pelo recebimento e provimento do seu recurso, de modo a que seja reformada a decisão recorrida, julgando-se inabilitada a licitante DAHER, em estrito cumprimento à legislação em vigente.

#### CONTRA-RAZÃO DA EMPRESA DAHER TURISMO LTDA

Consoante se depreende da leitura destes autos, a ora Recorrida sagrou-se vencedora da disputa, porém foi interposto recurso pela Recorrente, a qual, em suma, alega que a Recorrida teria apresentado sua certificação IATA em desconformidade com a exigência inserta no item 13.3.6 (d) no Edital, haja vista não ter registrado referido documento no cartório competente.

Consoante se passa a demonstrar, razão alguma assiste a Recorrente, cujas frágeis alegações passam a ser rechaçadas.

#### **- II - DO ATENDIMENTO PELA RECORRIDA DAS EXIGÊNCIAS PREVISTAS NO EDITAL**

Como é sabido as licitações devem se revestir do princípio da impessoalidade, a fim de permitir a concorrência e a contratação da proposta mais vantajosa à Administração Pública. De igual sorte, devem ser processadas e julgadas em estrita conformidade com o princípio básico da vinculação ao instrumento convocatório, dentre outros.

O Edital, portanto, estabelece as regras a serem observadas indistintamente pelos licitantes no que se refere aos documentos de habilitação, merecendo destaque, in casu, a prevista na letra "d" do item 13.3.6, suscitada pela Recorrente, senão vejamos:

"13.3.6 - Para Qualificação Técnica:

(...)

(d) Comprovação de possuir o registro ou código IATA (International Airport Transportation Association) para emissão de bilhetes aéreos internacionais; ou comprovar possuir vínculo comercial com a empresa que o tenha;"

De uma leitura ainda que superficial do item acima transcrito constata-se não haver qualquer exigência quanto à necessidade de comprovação do registro em cartório do aludido documento, de modo a evidenciar a fragilidade dos fundamentos que embasaram o recurso ora fustigado.

Ilustre Julgador, para comprovar que a agência de viagem está capacitada a proceder a emissão de bilhetes de passagens aéreas nacionais e internacionais nos sistemas GDS, é necessário que a empresa possua o Certificado de Credenciamento junto à IATA, emitido por uma única organização internacional de linhas aéreas com sede em Montreal, Quebec no

Rua Ivone dos Santos Cardoso nº 340 – Itapeba- Maricá - RJ – 24.913-000

Telefone: +55 21 2634-8984e 2634-0310

e-mail: [ctmarica@gmail.com](mailto:ctmarica@gmail.com)

Endereço eletrônico: [www.cbтарco.org.br](http://www.cbтарco.org.br)



**BRASIL ARCO**  
CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA  
DE TIRO COM ARCO

Canadá. Tal documento foi apresentado pela DAHER TURISMO LTDA, inclusive com a devida tradução juramentada, acompanhada do registro e código respectivos, nos termos do item d.2 do dispositivo acima transcrito.

Este certificado é de uso universal, e sempre é emitido por esta única organização sempre em iguais termos. Por exemplo, a IATA não emite o certificado para informar que alguma empresa “não está apta”. SE A IATA EMITE O CERTIFICADO EM NOME DE TERMINADA EMPRESA É PORQUE ESTA PREENCHEU OS PADRÕES DAQUELA ASSOCIAÇÃO.

O que se deseja, nesta licitação, para fins de habilitação é que a empresa comprove possuir o Certificado, o que efetivamente ocorreu mediante a apresentação oportuna do documento respectivo nos termos exigidos indistintamente de todos concorrentes. Sendo assim, a “não comprovação” de uma exigência inócua e sem previsão no Edital REVELA-SE INCAPAZ DE INFLUENCIAR NA HABILITAÇÃO DA EMPRESA ORA RECORRIDA.

Resta evidenciado que a postura da Recorrente traduz-se na mera insatisfação pela derrota, de forma a buscar injustamente, através do recurso ora fustigado, reverter o resultado alcançado de forma imparcial.

No pior dos cenários – por mera especulação – tratar-se-ia de um mero desatendimento de exigência formal não essencial e sem previsão no Edital, incapaz, portanto, de ensejar na desclassificação da ora Recorrida, ex vi do comando inserto no item 24.7 do instrumento convocatório, senão vejamos:

“24.7 - O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.”.

Como é sabido, as normas que disciplinam o Pregão deverão sempre ser interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, de modo a privilegiar o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

Ante o exposto, demonstrado como restou serem completamente insubsistentes as alegações lançadas pela Recorrente no recurso ora combatido, deve o mesmo ser improvido.

Diante do exposto, requer seja NEGADO PROVIMENTO ao recurso combatido, mantendo-se, in totum, os termos da decisão que declarou a ora Recorrida vencedora do certame.

#### Análise dos expostos

No presente Edital, consta as seguintes orientações a serem seguidas:

Item 13.0 o que tange a habilitação

#### **13.3.6 - Para Qualificação Técnica:**

(...)

(d) Comprovação de possuir o registro ou código IATA (International Airport Transportation Association) para emissão de bilhetes aéreos internacionais; ou comprovar possuir vínculo comercial com a empresa que o tenha;

d.1 Em sendo a empresa participante “consolidada” deverá esta apresentar declaração em seu nome de que mantém relação comercial e vínculo contratual com empresa “consolidadora” expedida por esta;

d.2 A empresa deverá apresentar a devida tradução juramentada do IATA, em conjunto com o registro ou código do IATA.

d.3 Para fins de cumprimento deste item, é facultado às empresas interessadas em participar do certame, na condição de consolidadas, apresentar tais documentos em nome da Consolidadora, contanto que comprove vínculo contratual com a mesma para prestação dos serviços;

13.3.7.4 – Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado;

13.3.7.5 – Caso os documentos sejam de procedência estrangeira, deverão ser devidamente estar de acordo com o consulado;

Rua Ivone dos Santos Cardoso nº 340 – Itapeba- Maricá - RJ – 24.913-000

Telefone: +55 21 2634-8984e 2634-0310

e-mail: [ctmarica@gmail.com](mailto:ctmarica@gmail.com)

Endereço eletrônico: [www.cbтарco.org.br](http://www.cbтарco.org.br)



Tendo em vista o exposto pelas duas empresas, passamos a entender o documento apresentado por ambas:

- A empresa PP Turismo Eireli EPP, explana que a empresa DAHER TURISMO LTDA, não apresentou o apostilamento de HAIA e/ou selo consular para documento estrangeiro, apenas apresentou a tradução juramentada do documento.
- A empresa DAHER TURISMO Ltda, alega que o Edital fala em a empresa possuir o determinado certificado e ter a tradução juramentada, o que foi apresentado.

A questão do exposto pelas duas empresas obtém seus méritos e diante do exposto entendemos que não podemos desclassificar a empresa Daher Turismo LTDA, pois no Edital está exposto que ele deve estar coerente com as regras consulares foi mal formulado, deveríamos ter posto a forma como iríamos aceitar tais documentos o que não foi exposto detalhadamente. E não foi contestado por nenhuma empresa para que fosse retificado ou mesmo o Edital impugnado. Sendo feito apenas essa contestação no ato da habilitação, com o intuito de apenas encontrar erros na proposta do licitante que teve maior desempenho.

É pacífico o entendimento do Tribunal de que falhas sanáveis, meramente formais, identificadas nas propostas, não devem levar necessariamente à inabilitação, cabendo à Comissão Julgadora promover as diligências destinadas a esclarecer dúvidas ou complementar o processamento do certame (Lei 8.666/1993, art. 43, §3º). É o sentido que se extrai do Acórdão 2.521/2003-TCU-Plenário, *in verbis*: "atente para o disposto no art. 43, §3º, abstendo-se, em consequência, de inabilitar ou desclassificar empresas em virtude de detalhes irrelevantes ou que possam ser supridos pela diligência autorizada por lei".

Sendo assim, nos reservamos no direito de solicitar a empresa DAHER TURISMO LTDA, que apresente o documento do IATA com o devido selo consular, representação no cartório de notas e/ou o respectivo apostilamento de Haia do devido documento, num prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de desclassificação. O mesmo documento será publicado no site da Confederação Brasileira de Tiro com Arco.

Portanto, indeferimos o recurso apresentado pela empresa PP TURISMO EIRELI EPP, por entender que a orientação no Edital e seus anexos, não apresentava a devida orientação do que iria ser aceito no caso. Pois, a empresa não suprimiu a entrega do documento, ele é válido quanto ao que tange a sua validação e foi apresentada a tradução juramentada do mesmo por profissional devidamente habilitado. Portanto, entendemos ser uma falha sanável.

Maricá, 12 de fevereiro de 2021.



Sandra Alvim  
Pregoeira